

Nota prévia

As escolas portuguesas têm registado nos últimos anos um número crescente de alunos de nacionalidade estrangeira, sendo que mais de dois terços destes alunos falam uma variedade do português diferente da europeia, nomeadamente uma variedade brasileira ou africana.

Ciente dos desafios que esta realidade coloca à escola, a Associação Portuguesa de Linguística, no âmbito da sua atuação, tem criado espaços de debate e partilha de informação sobre temas ligados à linguística e a áreas relacionadas, como é o caso da variação linguística nas escolas portuguesas.

Neste âmbito, foram promovidas algumas iniciativas como a mesa-redonda “As variedades do Português na sociedade e na escola. Como desfazer mitos e criar pontes?”, no *XXXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, que se realizou na Universidade da Beira Interior, de 26 a 28 de outubro de 2023. Foi ainda organizada, em parceria com a Associação de Professores de Português, a Jornada “Variação linguística, educação e cidadania”, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 3 de junho de 2024.

De forma a consolidar a reflexão sobre a variação linguística nas escolas portuguesas, é publicado este número temático da *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, que reúne investigação interdisciplinar sobre este fenómeno, centrada na interseção entre linguística e educação.

O número temático integra seis artigos científicos, com diferentes orientações teóricas, cujo denominador comum é a efetiva ligação aos contextos de ensino-aprendizagem e às práticas educativas desenvolvidas neste domínio. Estes contributos exploram diversos eixos do processo educativo, com incidência no professor e no aluno, bem como nos manuais escolares e nos documentos orientadores que enquadram as práticas desenvolvidas.

Centrando-se no eixo do professor, dois dos artigos publicados incidem sobre as conceções dos docentes acerca das variedades do português. O artigo de Joana Batalha, Adriana Cardoso, Ana Luísa Costa, Sónia Valente Rodrigues e Isabel Sebastião, baseado numa análise quantitativa das respostas de 96 docentes a um questionário, compara as conceções de futuros professores e de professores em exercício relativamente a diferentes dimensões: (i) conhecimento sobre variação linguística, (ii) impacto do uso de diferentes variedades do português em sala de aula e (iii) práticas de ensino sobre variação linguística. Os resultados, que evidenciam conceções globalmente positivas por parte dos participantes, permitem identificar diferenças nas conceções verbalizadas por futuros docentes e docentes em exercício e apontam para a necessidade de mais investigação que fundamente respostas pedagógicas mais adequadas aos atuais contextos de diversidade linguística e cultural. Centrando-se também nas conceções de professores, mas adotando uma metodologia de natureza qualitativa com análise de conteúdo de entrevistas, o artigo de Ana Teresa Alves e José Carlos Pereira investiga as conceções de dez professores de português em exercício relativamente a variedades não europeias da língua portuguesa. O estudo revela, em termos globais, uma posição favorável dos entrevistados quanto à aceitação de diferentes variedades do português na escola e à adoção de práticas pedagógicas que favorecem a integração dos alunos que as falam, identificando, contudo, dificuldades decorrentes da formação insuficiente dos docentes para atuar em contextos de diversidade linguística e das escassas orientações oficiais, sobretudo no que se refere à avaliação externa de alunos não falantes da variedade europeia.

Com enfoque no eixo do aluno, o artigo de Catarina Rosa incide sobre a percepção dos alunos sobre a variação linguística. O estudo reporta a implementação de um projeto de intervenção numa turma de 10.º ano, que visa, entre outras dimensões, perceber se a promoção da consciência para a variação linguística nas aulas de Português Língua Materna contribui para atitudes linguísticas mais positivas por parte dos alunos. Adotando o modelo de Laboratório Gramatical, a autora implementa na turma três laboratórios que promovem a comparação entre o Português Europeu e o Português do Brasil e entre o Português Europeu e o Português de Angola, considerando os domínios fonológico e sintático. Para a recolha de dados, foram aplicados questionários aos alunos (no início e final da intervenção e no final da implementação de cada laboratório gramatical). Os resultados apurados sugerem que o trabalho sobre a variação linguística implementado contribuiu para atitudes linguísticas mais positivas por parte dos alunos.

Focando-se em documentos orientadores, o artigo de Carolina Vianna e Maria Helena Araújo e Sá analisa o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* e as *Aprendizagens Essenciais* a fim de observar em que medida está prevista e é incentivada a valorização de diferentes variedades linguísticas do português. Recorrendo a uma análise documental de natureza qualitativa dos documentos relativos ao 2.º ciclo, as autoras identificam e discutem trechos nos quais a variação linguística é abordada. O estudo permite concluir que este tópico é tratado de forma não explícita e fragmentada nos documentos analisados, pelo que um trabalho sobre este fenómeno em sala de aula está dependente da formação dos docentes e da sua capacidade para estabelecer correlações entre as orientações curriculares e uma pedagogia que responda à diversidade linguística.

Apresentando uma análise de manuais escolares, o texto de Paulo Feytor Pinto identifica, em oito manuais do 7.º ano, as conceções sobre as variedades brasileira e africanas do português que decorrem da abordagem da variação geográfica do português recomendada pelas *Aprendizagens Essenciais de Português Língua Não Materna* para o 7.º ano. O autor constata que os manuais analisados representam o português falado no Brasil e nos PALOP como variedades homogéneas e critica o facto de os manuais (i) ignorarem as comunidades lusofalantes e os falantes de outras línguas que falam português fora dos espaços em que a língua não é oficial; (ii) não referirem a natureza multilingue dos países africanos em que o português é falado; (iii) assumirem que a variação patente no português falado no Brasil, Angola e Moçambique se deve à difusão da língua na época da expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI; e (iv) apresentarem muito menos características específicas das variedades africanas. Conclui-se que os manuais contêm um grande número de imprecisões, incorreções e ambiguidades na abordagem das variedades nacionais do português.

Incidindo tanto sobre documentos orientadores como manuais escolares, o artigo de Luís Filipe Barbeiro centra-se na dimensão global da língua portuguesa no domínio da educação. Para isso, efetua a análise temática de dois documentos orientadores ou programáticos (o *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro* e as *Aprendizagens Essenciais de Português Língua Não Materna*) e 22 manuais escolares, recorrendo a instrumentos da linguística de *corpus*. Os resultados revelam que os documentos não contemplam esta dimensão explicitamente. Já relativamente aos manuais, o autor conclui que a presença destes conceitos é bastante vasta e que a presença da dimensão global do português na esfera da educação sustenta uma abordagem alargada e transversal, baseada nas vivências dos alunos. Para o autor, esta abordagem adquire

relevância num contexto em que há uma cada vez maior diversidade de línguas e de variação linguística na sala de aula.

A organização deste número temático contou com o generoso contributo de duas dezenas de revisores, que cuidadosamente deram os seus pareceres sobre os artigos submetidos. A eles dirigimos o nosso profundo agradecimento. Agradecemos ainda a Sónia Cyrino pela revisão linguística de um dos artigos.

Adriana Cardoso, Joana Batalha e Nélia Alexandre